

## **Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso, expansão e equidade.**

*Public policies to encourage the brazilian higher education: access, equity and expansion.*

Luís Carlos Vieira da Cunha<sup>1</sup>, Alexandre Rigotti Silva<sup>1</sup>, Vicent Lentini Plantullo<sup>1</sup>, Donizetti Leonidas de Paiva<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> UNINOVE – Universidade Nove de Julho, <sup>2</sup> Centro Universitário Senac – São Paulo.  
Luís Carlos: Luiscarlos.vieira@gmail.com

**Resumo:** Esta pesquisa aborda as políticas públicas de incentivo à educação superior no Brasil, analisa o grau de contribuição delas para o acesso, expansão e equidade do ensino superior no Brasil. O trabalho de pesquisa consistiu em um levantamento de dados e informações de natureza bibliográfica em livros, revistas, jornais, teses, dissertações e sites. Com base nos resultados obtidos verificou-se, que na última década, houve um incremento considerável da oferta de vagas no ensino superior para suprir uma crescente necessidade de alunos matriculados no ensino superior público e privado no país. Identificou-se também que esse aumento da procura foi atendido por um número menor de instituições de ensino de nível superior, não configurando, neste momento, um grave problema dado a existência de capacidade ociosa em alguns cursos ofertados no País. Como estratégias principais do governo para permitir o acesso, a expansão e a equidade no ensino superior destacam-se, nesta pesquisa, algumas ações e programas como o PROUNI - Programa Universidade para Todos, e o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Rede Pública Federal.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Acesso, Inclusão, Equidade, Investimento.

**Abstract:** *This research addresses public policies to encourage higher education in Brazil, analyzes the degree of their contribution to access, equity and expansion of higher education in Brazil. The research consisted of a survey of data and bibliographical information on books, magazines, newspapers, theses, dissertations and websites. Based on the results obtained showed that in the last decade, there has been a considerable increase in the supply of places in higher education to meet a growing need for students enrolled in public and private higher education in the country. It was also identified that increased demand has been met by a smaller number of institutions of higher education, not setting at this time, a serious problem given the existence of excess capacity in some courses offered in the country. As main strategies of the government to allow access expansion and equity in higher education stand out in this research, some actions and programs like PROUNI - University for All Program, the RALLY - Support Programme for the Restructuring and Network Expansion Federal.*

**Keywords:** *Public Policy, Access, Inclusion, Equity, Investment.*

## 1. Introdução

Grandes transformações estão ocorrendo no cenário educacional do Brasil. Na última década, presenciamos um considerável crescimento do sistema educacional, com a criação diversificada de novos cursos e tipos de IES, para atender uma demanda crescente de alunos. Segundo último Censo da Educação Superior de 2011 o Brasil conta com 190 Universidades, 131 Centros Universitários, 2004 Faculdades Integradas, e 40 Institutos Superiores, Centros de Tec. e Educação Tecnológicas, totalizando 2365 IES, além de contar com novos tipos e modalidades de cursos, tanto presencial como à distância, some-se a tudo isso um amplo conjunto de múltiplas propostas de políticas de inclusão social e ações afirmativas que foram e estão sendo implementadas, paulatinamente, na área da educação do país.

Tais fenômenos apontados acima vão de encontro à realidade que vivemos que é a globalização, na qual estamos inseridos e precisamos participar de forma ativa e não apenas como coadjuvantes desse cenário, onde a complexidade concorrencial se acelera a cada dia.

Partindo-se do pressuposto que ampliar o acesso e alcançar a equidade baseada em uma formação de qualidade, no ensino superior, é fundamental para o processo de desenvolvimento econômico e social do nosso país, apresentamos este estudo cuja finalidade foi de levantar informações, indicadores e realizar uma análise da evolução do Acesso, Expansão e Equidade na educação superior no Brasil.

O tema qualidade do ensino superior é bastante complexo e este artigo não tem como meta aprofundar esta discussão. Porém, tendo em vista que ao longo da nossa pesquisa várias vezes nos deparamos com o tema qualidade na educação achamos conveniente resgatar aqui as visões da qualidade em educação propostas pelo INEP/UNESCO (2004).

Segundo definições de qualidade definidas pela UNESCO, no Relatório Conciso sobre o Imperativo da Qualidade de 2004:

Dois princípios caracterizam a maior parte das tentativas de definir a qualidade na educação: o primeiro deles identifica o desenvolvimento cognitivo dos alunos como o grande objetivo explícito de todos os sistemas educacionais. Dessa forma, o êxito alcançado por um sistema com relação a esse objetivo é um dos indicadores de sua qualidade. O segundo dá ênfase ao papel da educação na promoção de valores e atitudes de cidadania responsável e no cultivo do desenvolvimento criativo e emocional (p. 2).

De acordo com os fatores apresentados pela UNESCO, percebemos a educação como um processo a ser construído, logo, a qualidade desse processo irá depender de características anteriores, atuais e posteriores ao processo. Também entendemos que esse processo ocorre inserido em um contexto que é relevante para o sucesso das ações realizadas, assim como, as particularidades dos sujeitos envolvidos nele.

Historicamente a qualidade do ensino superior vem apresentando algumas limitações inerentes à formação anterior dos alunos e ao mesmo tempo o processo de avaliação da qualidade está praticamente centrado em um modelo único. Com relação a essas questões é preciso pensar e repensar novos modelos de instituições direcionadas para receber alunos com déficit de formação e adotar estratégias no sentido de superar tais limitações, visando com isso, atingir níveis mais adequados de qualificação. Levando-se em conta as dimensões do país, e as diferentes realidades vivenciadas em cada uma das instituições de ensino superior, seria de bom tom, repensar o modelo único

de avaliação e levar em consideração os objetivos das instituições e dos cursos numa visão contextualizada.

A pesquisa demonstrou que na última década houve avanço considerável no ensino superior, público e privado do Brasil e, que sem dúvida alguma, isso se deve a um conjunto de ações e programas de políticas públicas de incentivo ao incremento do número de alunos na cadeia produtiva do setor da educação no país. Entre as diversas ações e programas desenvolvidos e implementados pelo Estado, ao longo do período analisado, esta pesquisa teve por objetivo identificar as contribuições geradas pelo Programa Universidade para Todos, conhecido por PROUNI, e pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU), sistema esse que tem o papel de canalizar todos os esforços para integração dos objetivos propostos pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão da Rede Pública Federal (REUNI), pois são ações e projetos que ampliam significativamente o número de vagas na educação superior e ao mesmo tempo viabilizam o acesso dos jovens à educação superior no país.

Procurou-se também buscar explicações para responder ao problema da pesquisa:

Em que medida o processo de expansão do ensino superior tem assegurado verdadeira democratização do acesso à educação de qualidade?

As políticas de inclusão social estimulam a democratização do acesso e a qualidade do ensino oferecido?

Este estudo teve por base um levantamento de dados secundários produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC); Sites de Instituições de Ensino Superior; a base de dados produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que elabora anualmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); e outros documentos como leis e projetos de Lei e etc.

## **2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCENTIVO À EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA.**

**A Declaração Mundial sobre a Educação Superior afirma, no seu preâmbulo, que:**

**...sem uma educação superior adequada e instituições de pesquisa que formem massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode garantir genuíno desenvolvimento endógeno e sustentável e, em particular, os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo não poderão reduzir o hiato que os separa dos países desenvolvidos industrializados. (Org. Bernheim e Chauí, 2008).**

O eixo norteador das políticas públicas de incentivo à educação superior no Brasil passa, necessariamente, pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e este foi concebido com base nos princípios da Declaração Mundial sobre a Educação Superior. Dentre as principais metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), destacam-se:

- Expandir a oferta de educação superior para jovens de 18 a 24 anos, entre o período de 2011 a 2020 em pelo menos 33%.
- Expandir a educação superior para que 40% das matrículas estejam nas instituições públicas.
- Elevar o volume de recursos financeiros aplicados em educação para atingir o patamar de 10% do PIB.

A Tabela 1, com dados do Censo da Educação Superior de 2010, apresenta a evolução dos números de matrículas em curso de graduação no país em escolas públicas e privadas.

**Tabela 1 - Número de matrículas em cursos de graduação**

Ano	Total	Públicas								Privadas	%
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%		
2001	3.036.113	944.584	31,1	504.797	16,6	360.537	11,9	79.250	2,6	2.091.529	68,9
2002	3.520.627	1.085.977	30,8	543.598	15,4	437.927	12,4	104.452	3,0	2.434.650	69,2
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	583.633	14,8	465.978	11,8	126.563	3,2	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	592.705	14,0	489.529	11,6	132.083	3,1	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	595.327	13,0	514.726	11,3	136.651	3,0	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	607.180	12,4	502.826	10,3	141.359	2,9	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	641.094	12,2	550.089	10,5	143.994	2,7	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	698.319	12,0	710.175	12,2	144.459	2,5	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	839.397	14,1	566.204	9,5	118.263	2	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	938.656	14,7	601.112	9,4	103.530	1,6	4.736.001	74,2

**Fonte: Censo da Educação Superior 2010/MEC**

Na década houve uma expansão de 74% no número de matrículas nas IES Públicas e 126% nas IES Privadas.

O número de alunos matriculados em cursos de graduação no país aumentou 7,14% em 2010 em relação a 2009.

O incremento no ensino público superior foi de 7,84% e no ensino privado foi de 6,9% em 2010 comparado a 2009.

Em 2010 o Brasil atingiu a marca superior a 6,3 milhões alunos matriculados em cursos oferecidos por 2.378 instituições públicas e privadas, vide tabela 2.

Nestes números estão contabilizados o crescimento da oferta de cursos à distância e de tecnológicos e a modalidade à distância representou 15% do total em 2010.

No período analisado verifica-se uma concentração histórica de alunos matriculados no setor privado que gira em torno de 72% em média.

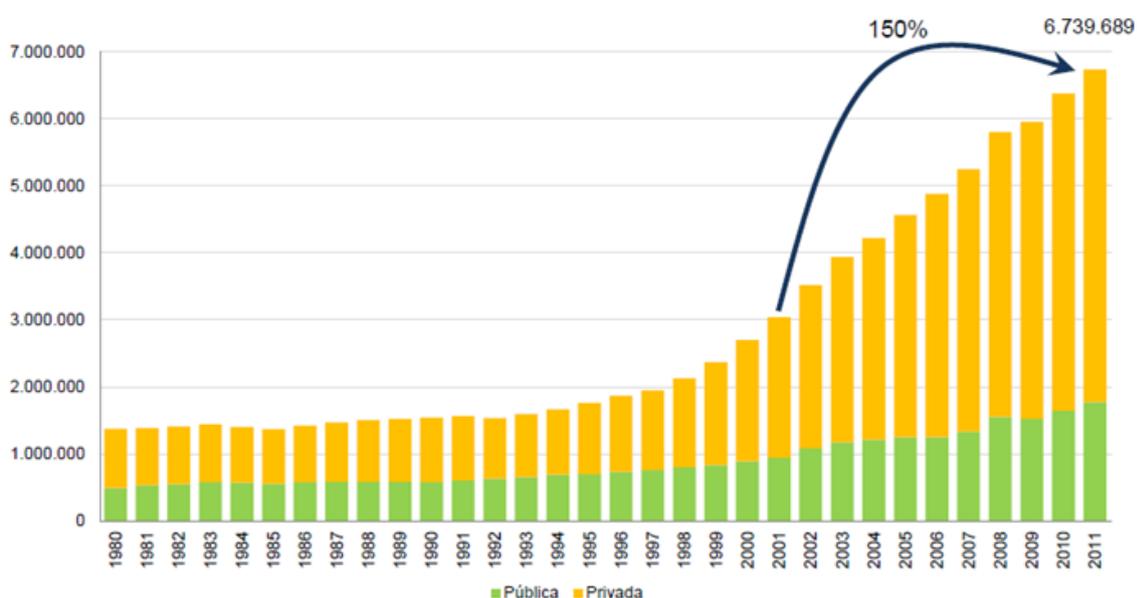
De um total de 1.643.298 alunos matriculados em IES Públicas, 57,1% estão concentrados nas IES Federais do país.

De um modo geral pode-se afirmar conforme dados da tab. 1 que vem ocorrendo uma redução no número de matrículas nas IES estaduais e municipais ao longo do período analisado, mesmo considerando-se o incremento de 24 novas IES estaduais e 4 IES municipais no ano de 2010 em relação a 2009, conforme os dados da tabela 2.

Analisando-se a tabela 1 pelo enfoque do incremento total de alunos por ano de atividade observou-se, também, que existe uma relação direta entre o número de matrículas no ensino superior com o nível da atividade econômica do País, medido pelo PIB – Produto Interno Bruto, conforme detalhado a seguir:

Em 2009 o PIB do Brasil apresentou uma retração de 0,3% em razão dos impactos causados pela crise internacional e isso foi fortemente sentido na área da educação no país, pois conforme tabela 1 pode-se notar que nesse período houve apenas um incremento de 146.004 alunos matriculados no ensino superior. Já em 2010 com a expansão do PIB em 7,5%, verificou-se um incremento de 425.278 alunos sobre o total do ano anterior.

Considerando o período entre 2001 a 2010, o crescimento no número de matrículas foi de 110% e se consideramos as matrículas entre 2000-2011, o aumento atinge 150%, conforme demonstrado no gráfico 1.



**Gráfico 1 – Ensino Superior: Matrícula na educação superior**  
**Fonte: INEP**

Com base nos números apresentados no gráfico 1, observam-se dois momentos antagônicos para o ensino superior no Brasil. Até 1993, o número de matrículas no ensino superior praticamente não se altera e após a implantação do Plano Real (julho/94) passa a ocorrer uma expansão vertiginosa na procura pelo ensino superior no país.

Tal fenômeno se explica pelos avanços conquistados com a estabilidade econômica, e monetária, contribuindo para o aumento da geração de empregos diretos na atividade produtiva, aumento do poder aquisitivo tanto em valores nominais e reais de boa parte dos agentes econômicos e, conseqüentemente, tudo isso gerou um incremento considerável da oferta de vagas, bem como, a criação de novas modalidades diferenciadas de cursos nas IES públicas e privadas no país.

Observa-se na tabela 2 que entre 2009 e 2011 houve um processo de expansão e retração no total geral de IES no Brasil.

**Tabela 2 – Evolução das Instituições de Ensino Superior do Brasil por categoria administrativa.**

Categoria	Anos							
	2009		2010			2011		
Administrativa	Total	Part.(%)	Total	Part.(%)	Tx. Cres.	Total	Part.(%)	Tx. Cres.
<b>Total Geral</b>	<b>2.314</b>	<b>100,0</b>	<b>2.378</b>	<b>100,0</b>	<b>2,8%</b>	<b>2.365</b>	<b>100,0</b>	<b>-0,5%</b>
<b>Pública</b>	245	10,6%	278	11,7%	13,5%	284	12,0%	2,2%
<b>Federal</b>	94	4,1%	99	4,2%	5,3%	103	4,4%	4,0%
<b>Estadual</b>	84	3,6%	108	4,5%	28,6%	110	4,7%	1,9%
<b>Municipal</b>	67	2,9%	71	3,0%	6,0%	71	3,0%	0,0%
<b>Privada</b>	2.069	89,4%	2.100	88,3%	1,5%	2.081	88,0%	-0,9%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados MEC/INEP.

A expansão se deu nas quantidades de IES públicas com crescimento de 13,5% em 2010 em relação 2009 e de 2,2% em 2011 comparado aos dados de 2010.

Destaca-se o incremento de 24 IES na esfera estadual no ano de 2010, 28,6% de taxa de crescimento. Por outro lado, em 2011 a retração no volume total de - 0,5%, ocorreu por conta da queda de 0,9% no total de IES do setor privado, que, diga-se de passagem, já apresentava um crescimento proporcionalmente menor quando comparado com as IES na esfera federal, estadual e municipal. Deve-se destacar que as explicações para as variações observadas associam-se não somente à abertura ou fechamento de IES, mas também aos processos de fusões ou incorporações institucionais, além da própria variação na participação das instituições no preenchimento do Censo.

Ao longo da história da educação no Brasil o estado tem efetivamente praticado uma série de medidas de incentivo a educação superior brasileira, não obstante o fato da existência de grandes desafios a serem enfrentados em termos de quantidade de alunos a serem formados no ensino superior com qualidade.

Tomando por base os últimos dez anos de governo (2002-2012) apresentamos a seguir um panorama geral dos principais programas e ações desenvolvidas por parte do governo Federal.

### **3. PROUNI – PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS**

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) que foi criado em 2004, por medida provisória, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13/01/2005, e tem por finalidade conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, sempre em instituições privadas de educação superior.

Trata-se de um programa dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar de até um e meio salário mínimo, neste caso o estudante tem direito a bolsa integral e quando a renda per capita familiar superar esse limite e for menor ou igual a três salários mínimos, o estudante poderá concorrer a uma bolsa parcial de 50%. Além disso, o aluno deve se enquadrar em pelo menos uma das seguintes condições:

- ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou privada (neste caso, com bolsa integral);
- ter cursado parcialmente o ensino médio em escola pública e parcialmente em escola da rede privada (neste caso, com bolsa integral);
- ser pessoa com deficiência;
- ser professor efetivo da rede pública de ensino básico que concorre a vagas em cursos com grau de licenciatura (neste caso não há o requisito de renda familiar).

O bolsista parcial pode utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) para pagar o restante da mensalidade, sem a necessidade de apresentar um fiador. Para isso é preciso que a instituição de ensino superior escolhida tenha assinado o Termo de Adesão ao Fies e ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo.

É um programa que reserva cotas para estudantes com deficiência e também aos que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. A porcentagem de bolsas ofertadas aos cotistas é igual à de pretos, pardos e indígenas de cada estado, segundo dados do último censo do IBGE. Para participar do processo de seleção, o estudante cotista também precisa atender aos pré-requisitos de renda, histórico escolar e desempenho no Enem.

O PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos obtidos durante o seu curso.

As instituições que aderem a esse programa gozam do direito de isenção no pagamento de alguns tributos ao governo federal.

Com atraso de 16 anos, foram reguladas pelo PROUNI as isenções fiscais constitucionais concedidas às instituições privadas de ensino superior. De 1988 a 2004, as instituições de ensino superior sem fins lucrativos, que respondiam por 85% das matrículas do setor privado, amparadas pela Constituição Federal, gozaram de isenções fiscais sem nenhuma regulação do Poder Público. Ou seja, sem nenhuma contrapartida. Acórdão do Supremo Tribunal Federal (STF), de 1991, tornou reconhecida essa lacuna legislativa, mas, por conta dessa omissão, garantia o gozo das isenções enquanto perdurasse a situação.

Sabe-se que até 2004, as instituições sem fins lucrativos concediam bolsas de estudos, mas eram elas que definiam os beneficiários, os cursos, o número de bolsas e os descontos concedidos, conseqüentemente, raramente era concedida uma bolsa integral e quase nunca em curso de alta demanda. Tal isenção fiscal não resultava em uma ampliação do acesso ao ensino superior, como se esperava. A partir da criação e implantação do PROUNI ficou estabelecido que as instituições que receberem benefício de natureza fiscal passem a conceder bolsas de estudos na proporção dos alunos pagantes por curso e turno, sem exceção.

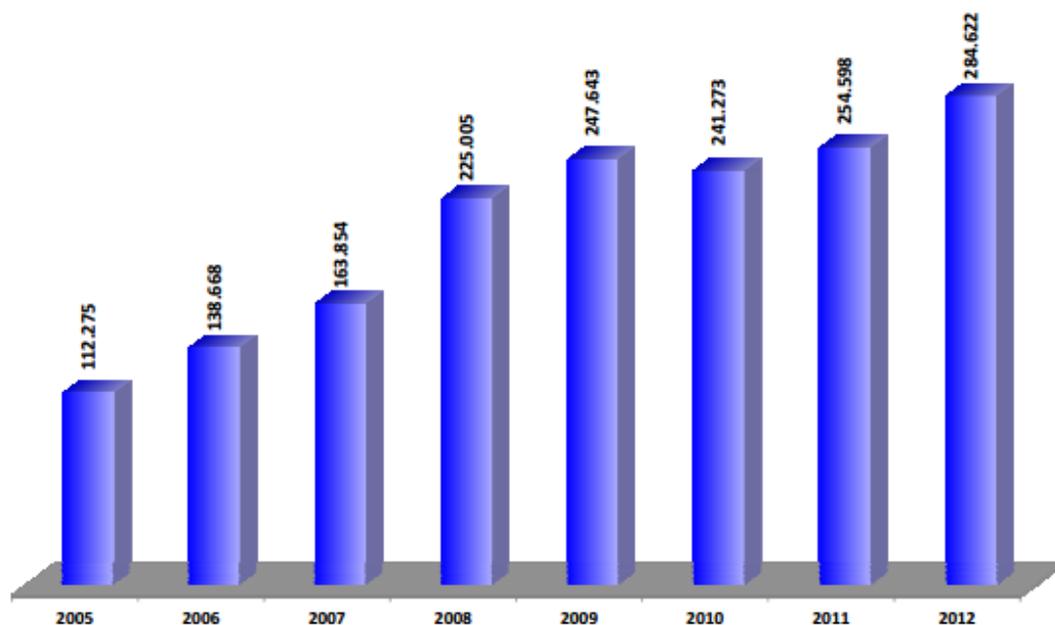
Conforme dados da tabela 3 pode-se verificar que desde o lançamento efetivo desse programa em 2005 até 2012 foram ofertados um total de 1.667.938 bolsas, sendo 55,6% ou 927.319 bolsas integrais e 44,4% bolsas parciais atendendo a 740.619 estudantes do ensino superior.

**Tabela 3 – Oferta anual de Bolsas de estudo do PROUNI e taxa de crescimento.**

<b>ANO</b>	<b>QUANTIDADE DE BOLSAS OFERTADAS</b>	<b>TAXA DE CRESCIMENTO (%)</b>
2005	112.275	-
2006	138.668	23,5
2007	163.854	18,2
2008	225.005	37,3
2009	247.643	10,1
2010	241.273	-2,6
2011	254.598	5,5
2012	284.622	11,8
<b>TOTAL</b>	<b>1.667.938</b>	<b>-</b>

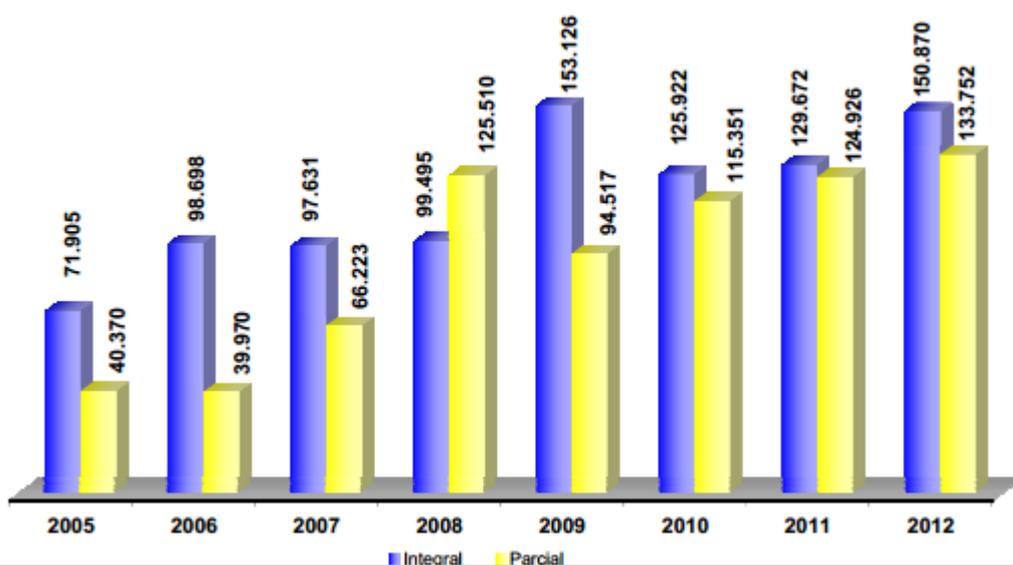
**Fonte:** Elaborado pelo autor com base nos dados: Sisprouni 27/06/2012 e PROUNI 2005-2º/2012

Outro ponto a destacar com base na tabela 3 é a falta de regularidade na taxa de crescimento da oferta de bolsas e a retração de 2,6% verificada no ano de 2010. Por outro lado, conforme dados demonstrados no gráfico 2, destaca-se, o forte crescimento da oferta de bolsas em 2008, 225.005 bolsas, 37,3%, um total de 61.151 vagas a mais sobre o resultado total do ano anterior e no ano de 2012, com a criação de 284.622 bolsas, 11,8%, ou seja, 30.024 bolsas a mais sobre o resultado total de 2011.



**Gráfico 2 - Bolsas Ofertadas por ano**  
**Fonte:** Sisprouni 27/06/2012 e PROUNI 2005-2º/2012

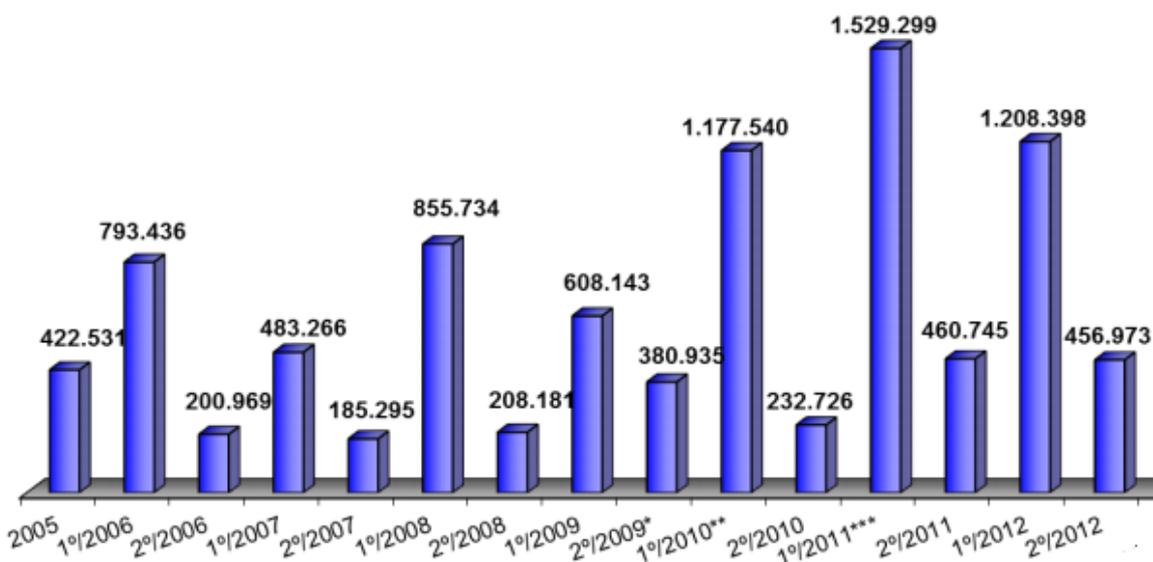
O gráfico 3, retrata o total de bolsas ofertadas por ano na modalidade integral e parcial e pelos dados apresentados verifica-se que entre 2005 e 2012, houve um incremento de 109,8% no número de bolsas integrais e de 231% nas bolsas parciais. Analisando-se, isoladamente, o ano de 2012 identifica-se que foram concedidas 150.870 bolsas integrais 53% de um total de 284.622 bolsas.



**Gráfico 3- MODALIDADES DE BOLSAS: INTEGRAL E PARCIAL**

Fonte: Sispruni 27/06/2012 e PROUNI 2005-2º/2012

O gráfico 4, inscritos por processo seletivo revela que a procura por vagas se concentra maciçamente no primeiro semestre de cada ano independentemente do tipo de instituição e cursos ofertados.



**Gráfico 4 - Inscritos por processo seletivo**

Fonte: Sispruni 27/06/2012, PROUNI 2005-2º/2012

Um dado importante a ser apontado é que o número de alunos inscritos por processo seletivo apresentou retração de 16,31% em 2012 quando comparado ao ano anterior e segundo dados obtidos na mesma fonte indicam que para o primeiro semestre de 2013 comparado ao primeiro semestre de 2012 ocorreu uma retração de 14,5% na base de alunos inscritos por processo e uma retração de 16,46% no número de bolsas ofertadas também para o primeiro semestre desse ano.

Historicamente, o total de egressos inscritos para participar do PROUNI sempre superou o número ofertado de bolsas de estudo. Somente no ano de 2012 a demanda total foi de 1.665.371 estudantes, 5,85 vezes o número de vagas ofertadas, conforme demonstrado no gráfico 2.

#### 4. REUNI – REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

O governo preocupado com a necessidade da expansão do ensino nas Universidades Públicas Federais criou um programa chamado REUNI, que tem por objetivo apoiar os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, visando com isso buscar ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A meta é chegar a 40% de alunos matriculados nos cursos de graduação no ensino presencial e à distância até 2020. Espera-se com isso aproximadamente um total de 4.890.350 alunos matriculados.

Com base em projeções realizadas e apresentadas no seminário promovido pela ANDIFES-MEC (2010), para atender a essa meta, somente nas Universidades Federais, serão necessários investimentos da ordem de, aproximadamente, R\$ 50,8 bilhões, ou 1,2% do Produto Interno Bruto do Brasil (PIB), conforme demonstrado no gráfico 5. Com esse investimento em 2020 somente as Universidades Federais poderão atender 2.083.322 estudantes sendo 75% no ensino presencial e 25% no ensino à distância.

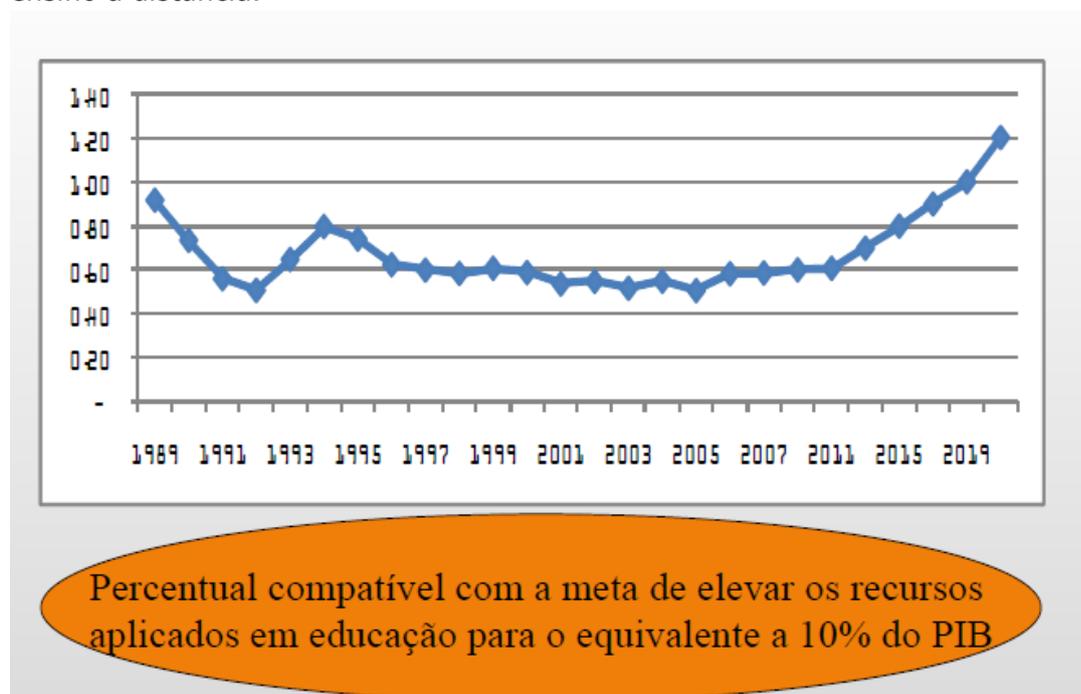


Gráfico 5 - Recursos das IFES como percentual do PIB (1989-2020)

Fonte: MF – Ministério da Fazenda.

A seguir destacam-se, pontualmente as principais metas a serem atingidas com as ações do governo federal voltadas para a educação superior na esfera das Universidades Federais.

- Expandir, ampliar, interiorizar e consolidar a rede de Institutos e Universidades Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na Educação Profissional, Tecnológica e Superior;

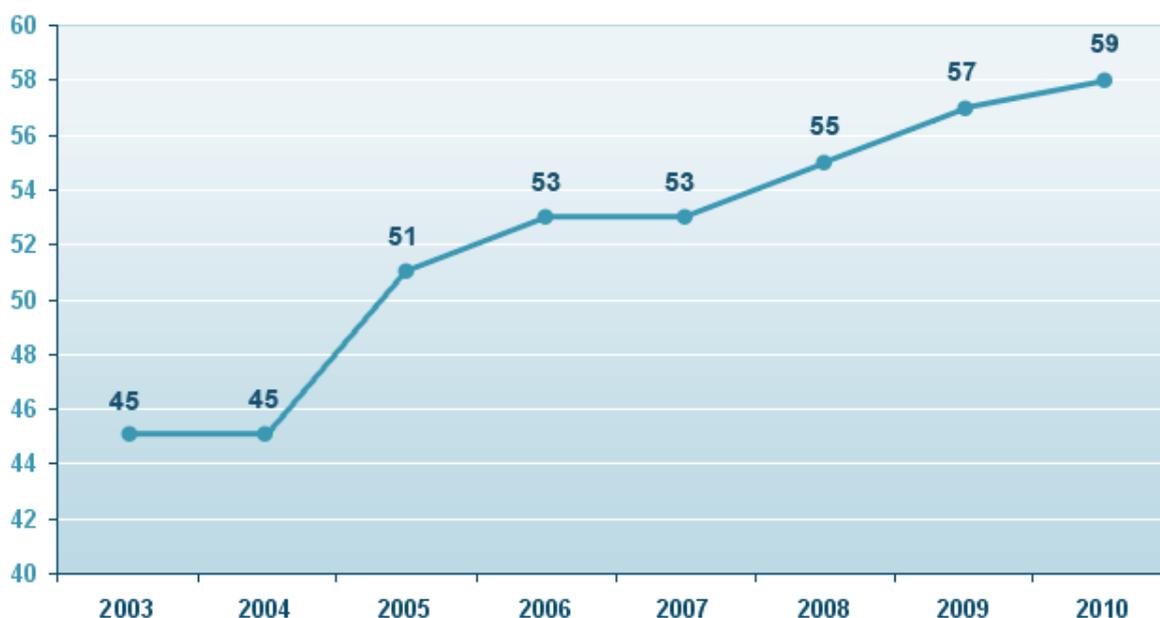
- Promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e estimulando a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil;
- Potencializar a função social e o engajamento dos Institutos e Universidades como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais.

Além disso o governo visa ampliar a abertura de cursos noturnos, o aumento do número de alunos por professor, a redução do custo por aluno, a flexibilização de currículos e o combate a evasão

Abaixo segue comentários extraídos do site <http://portal.mec.gov.br:novasuniversidades>

**Critérios** – Para definir o número de campus universitários e de escolas de educação profissional por estado, o governo federal orientou-se por uma série de critérios, entre os quais estão os baixos índices de desenvolvimento da educação básica (Ideb) e a porcentagem de jovens de 14 a 18 anos nas séries finais do ensino fundamental. Na escolha dos municípios a serem contemplados, considerou a universalização do atendimento aos territórios da cidadania, a alta porcentagem de extrema pobreza, municípios ou microrregiões com população acima de 50 mil habitantes e os municípios com arranjos produtivos locais.

A seguir destacamos por meio de gráfico o processo de expansão das Universidades Federais no Brasil levando-se em conta os critérios comentados anteriormente.



**Gráfico 6 - Universidades Federais**

Fonte: <http://reuni.mec.gov.br>

O gráfico 6 reporta uma expansão de 31% do número de universidades federais no Brasil entre 2003 e 2010.

É notório que o governo vem aumentando os investimentos públicos direcionados ao aumento da concorrência na área da educação conforme demonstrado no gráfico 6.

## 5. SISU – SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADO

Para acelerar o processo de inclusão de alunos nas IES Públicas o governo federal criou um sistema de gestão inteligente informatizado chamado – SISU - Sistema de Seleção Unificado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM).

Os alunos que prestaram o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e tiveram nota maior que zero na redação podem se inscrever, no Sistema de Seleção Unificado (SISU). No primeiro semestre foram ofertadas quase 130 mil vagas em instituições federais de Ensino Superior, tab.4

Depois do período de inscrição, o sistema seleciona automaticamente os alunos que tiveram a maior pontuação. O resultado da prova é a pontuação utilizada para selecionar os candidatos nas vagas escolhidas.

Apesar de todos os problemas ocorridos no passado nas provas do Enem fica claro que esse modelo de avaliação não traz benefícios só para o estudante, ele também serve como indicador de qualidade para as escolas brasileiras.

E cabe esclarecer que, até o presente momento, nem todas as universidades públicas e privadas aderiram totalmente ao Enem como critério único de seleção, mas grande parte já o utiliza ao menos como parte do processo seletivo.

A tabela 4 retrata o avanço do número de instituições federais que aderiram ao uso do sistema integrado - SISU.

Edições Sisu / 1º semestre	IES participantes	Vagas ofertadas	Cursos	Inscritos	Inscrições
2010	51	47.913	1.319	793.910	1.702.503
2011	83	83.125	2.570	1.080.193	2.020.156
2012	95	108.560	3.328	1.757.399	3.411.111
2013	101	129.319	3.752	1.949.958	3.801.894

**Tabela 4 – SISU – Primeiro Semestre**

**Fonte: SESU/MEC**

Os resultados apresentam aumento de 98%, considerados somente os dados do 1º semestre de cada ano analisado.

Um aumento considerável de vagas ofertadas no mesmo período, 169,9%

Uma expansão de 184% na oferta de cursos para atender uma demanda acumulada de 5.581.460 alunos inscritos.

As expectativas com relação ao uso desse sistema são crescentes visto que a adesão a ele implica uma melhor racionalidade e uma otimização dos recursos por parte das IES públicas.

## 6. Conclusão

A análise das informações apresentadas neste artigo nós leva a entender que está ocorrendo Um processo de democratização com relação ao acesso de um número crescente de jovens matriculados nas instituições de ensino superior público e privado no país. Entretanto, em que pese todo o esforço despendido pelas autoridades governamentais, ainda existe um grande espaço a ser coberto em termos de acesso dos jovens ao ensino superior uma vez que nossa população de jovens gira em torno de 23 milhões e, atualmente, apenas 29% deles encontram-se matriculados no ensino superior.

Atento a esse movimento, o governo deve canalizar esforços necessários para viabilizar esse acesso e a inclusão dos jovens ao ensino superior de qualidade, buscando incentivar constantemente o ensino, a pesquisa e a extensão nas IES, tornando dessa forma nossos jovens mais aptos e competitivos no campo do saber e com reais condições para atingir o sucesso contínuo em todas as suas possíveis vertentes.

Para que esse objetivo seja alcançado depende inclusive da qualidade dos jovens entrantes no ensino superior e, portanto, é imprescindível superar as deficiências na formação básica, avançar na diversificação de objetivos e currículos e no sistema de avaliação considerando a diversidade das diferentes IES no Brasil.

O Prouni, é sem dúvida alguma, dentre todos os programas que o governo vem adotando, aquele que melhor se destaca pois é visível o aumento do volume de bolsas de estudo para atender um número crescente de jovens que estavam fora do ensino superior por vários motivos, dentre eles: a falta de renda suficiente para poder bancar os estudos nas escolas privadas ou mesmo a falta de vagas suficientes no ensino público.

A junção das várias políticas de incentivo, comentadas neste artigo, vão de encontro ao acesso, expansão e equidade e tendem ao longo do processo vir gerar os benefícios esperados que se traduzem em uma mão de obra mais qualificada que dessa forma vão poder contribuir para o desenvolvimento econômico da nação brasileira.

Como a concorrência por alunos, via aumento de vagas, vem aumentando no país acredita-se que as políticas de inclusão social promovidas pelo, PROUNI e REUNI acabem estimulando de forma indireta, a busca da qualidade do ensino.

Cumprir dizer, também, que a ampliação do acesso ao ensino superior público e privado, só adquire plenamente sentido quando ocorrer uma adequada articulação com a educação básica, fundamental, ensino médio e a pós-graduação, de tal forma a ampliar cada vez mais o acesso de quem vem e de quem vai na direção de uma especialização.

Como os gastos de investimento na área da educação de nível superior tendem a crescer espera-se que a economia brasileira ao longo desse período apresente taxas de crescimento econômico consistentes para suportar tamanho gasto público.

Outro ponto importante a ser considerado nas projeções futuras do ensino superior no Brasil diz respeito ao propósito de alavancar a participação do ensino superior federal na oferta de vagas, passando hoje de uma participação em torno de 26% para 40% até 2020.

Um olhar sobre os dados analíticos apresentados neste artigo, aponta que temos muito trabalho a fazer, principalmente nas Instituições Privadas de Ensino Superior para alcançar um ensino maciço de qualidade no Brasil.

## Referências

- Bernheim, Carlos Tünnermann e Chauí, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior**. Brasília: Unesco, 2008. 44p. Ed.2004/WS/11.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro. Ed. Zahar. 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. **SIPROUNI. Bolsas ofertadas por ano (2005 a 2012)**. Disponível em <<http://prouniportal.mec.gov.br/>> Acesso em 28.nov. 2012. \_\_\_\_\_ . Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).
- Censo da educação superior: 2010 – resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2012a. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf)>. Acesso em: 9 out. 2012
- BRUNNER, J. Educación y Globalización. In: **Educação Brasileira**. Brasília, DF. 1997.
- CAPES.<<http://www.capes.gov.br>>, Acesso em 01 fev. 2013.
- DURHAM, E. E SAMPAIO, H. O. **O ensino superior em transformação**. São Paulo: NUPES, 2001.
- DIAS, Sueli B. **Inclusão no ensino superior**. Artigo postado em 29 de Janeiro de 2010.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Ed. – São Paulo: Atlas, .2010.
- IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE. <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 25 fev. 2013.
- INEP. <<http://www.inep.gov.br.www.edudatabrasil.inep.gov.br>>. Acesso em 03 mar. 2013.
- MEC.<<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em 20 mar. 2013
- . SESU. <<http://www.educaçãosuperior.inep.gov.br>>. Acesso em 30 mar. 2013.
- NEVES, Clarissa Eckert Baeta, RAIZER, Leandro e FACHINETTO, Rochele F. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan/jun, 2007, p.124-157.
- Seminário ANDIFES – MEC (2010) – **Projeções para o financiamento da expansão das Instituições Federais de Ensino Superior no contexto de um novo PNE 2011-2021**.
- Severino, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21. Ed. rev. e ampliada. – São Paulo: Cortez, 2000.
- UNESCO, Relatório Conciso: **O imperativo da qualidade/Educação para todos**. França: UNESCO, 2004.